

Visão da semana:

Economia - Brasil

a pressão dos gastos públicos

- 2 JUN 1985

O noticiário econômico da semana passada revestiu-se de um conteúdo altamente polêmico. De um lado, o governo divulgou o projeto sobre a lei de greves, provocando um descontentamento generalizado no meio empresarial, entre outros. De outra parte, anunciou-se o plano de reforma agrária, o qual suscitou ainda mais veementes reações contrárias. Em meio a esse contexto, as autoridades voltaram a cogitar do aumento de impostos para financiar o déficit público. Como se nota, o setor privado não pôde deixar de sentir-se ameaçado por um recrudescimento do avanço do Estado na economia.

Com efeito, além dos projetos sobre greves e do plano da reforma agrária, o governo não poupou palavras para anunciar sua pretensão de elevar a carga tributária. A proposta surge por parte da Secretaria do Planejamento, e confronta-se com aquilo que o ministro da Fazenda havia pronunciado perante a Câmara dos Deputados, ou seja, de que para reduzir o déficit seriam estudadas diversas alternativas, mas não aquela referente ao aumento dos impostos. Resta ver até onde esta última tem possibilidades de ser concretizada, tanto do ponto de vista econômico, como político.

Ninguém ignora que essa estratégia significaria um pesado ônus para o setor privado produtivo, assim como para os assalariados em geral, além de manter intacta uma máquina estatal nem sempre eficiente. O que se esperava do governo era uma iniciativa franca contra seus próprios gastos, a qual não sucedeu até agora. Nesse sentido, o Estado continuará pressionando a execução orçamentária, apesar dos controles de tarifas e de preços administrados.

A taxa de inflação (7,8%) de maio revelou ser, mais uma vez, o resultado desse bloqueio da evolução dos preços, significando então uma certa queima de "gordura" do setor público, embora ainda parcial. O que preocupa são os fatores de expansão monetária iminentes a curto prazo, que inevitavelmente serão traduzidos por novas pressões altistas sobre a taxa de juro. Na medida em que as autoridades não se mostram dispostas a abrir mão do controle de preços (do setor privado, inclusive), estará colocado um problema de sincronia entre a liberação destes e a ocorrência de maior expansão monetária. Neste momento, corre-se claramente o risco de não se dispor de instrumentos para conter satisfatoriamente uma nova explosão inflacionária.

Paralelamente a esse quadro complexo e de difícil manipulação, o governo tenta viabilizar um crescimento da poupança interna, via mercado de capitais. Algumas das opções apresentadas primaram por seu conteúdo privatizante, ou seja, deixaram de ter como condição uma capacidade adicional de absorção de títulos públicos por parte do sistema financeiro. Trata-se de um primeiro passo — a ser concretizado ainda —, esperado há muito tempo, que requer, naturalmente, uma predisposição complementar entre os diferentes setores do governo.

Na área habitacional, mais uma semana se passou sem que o BNH lograsse defini a política de reajuste das prestações em julho próximo. Tudo que se conseguiu foi imprimir um caráter político a esse encaminhamento, o qual pode até — dependendo de seus desdobramentos — agravar a situação financeira do referido órgão.

Com relação à agricultura, o governo começou a optar pela colocação de seus estoques através de uma nova modalidade, ou seja, diretamente pelos supermercados, em vez de recorrer às bolsas de mercadorias. Tal decisão pode colocar em xeque o ânimo dos produtores à véspera do próximo plantio, para o qual será preciso carrear massa apreciável de recursos de financiamento. Se as autoridades conseguiram equacionar a comercialização da safra, enfrentam agora o dilema de estimular o plantio ou amenizar a alta dos preços agrícolas para melhor controlar a inflação e compensar os aumentos de outros setores esperados a curto prazo.